

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

**VICTOR ARJUNA BANDEIRA DE PAULA**

**ABORDAGEM POLICIAL:** contribuições para implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para abordagem a pessoas surdas

São Luís – MA

2022

**VICTOR ARJUNA BANDEIRA DE PAULA**

**ABORDAGEM POLICIAL:** contribuições para implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para abordagem a pessoas surdas

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Oficial da Polícia Militar

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes

São Luís - MA

2022

Paula, Victor Arjuna Bandeira de.

Abordagem policial: contribuições para implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para abordagem a pessoas surdas / Victor Arjuna Bandeira de Paula. – São Luís, 2022.

52 f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Prof<sup>o</sup>. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Giselli de Oliveira Siqueira.

1.Policia Militar. 2.Inclusão. 3.Libras. 4.Surdo. I.Título.

CDU: 355.4-056.263

**VICTOR ARJUNA BANDEIRA DE PAULA**

**ABORDAGEM POLICIAL:** contribuições para implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para abordagem a pessoas surdas

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Oficial da Polícia Militar

**Aprovado em 21/02/2022.**

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes (Orientador)**

Universidade Estadual do Maranhão

---

**Profª Dra. Clívia Santana da Silva**

Universidade Estadual do Maranhão

---

**Maj. QOPM Nathália Batista da Silva**

Polícia Militar do Estado do Maranhão

Ao Deus todo poderoso, a minha mãe, minha família,  
em especial meus filhos João Matheus e Helena e a  
todos que me incentivaram nessa etapa da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que possibilitou mais esta benção em minha vida, nunca deixando que os obstáculos em meu caminho fossem maiores que o meu desejo em superá-los, me dando forças em cada momento de dificuldade, em cada luta ou barreira transposta, mesmo nos momentos de desânimo e exaustão ao longo desta jornada. Pois, “Ele fortalece o cansado e dá grande vigor ao que está sem forças.” (*Isaías 40:29*).

À minha mãe Josenilda, guerreira que sustentou seu escudo sobre mim em meio a cada dificuldade que enfrentamos ao longa da vida, diuturnamente se esforçando para me educar, provendo meus estudos com qualidade para que eu pudesse alcançar o patamar atual, mostrando que toda grande conquista vem sustentada em muita luta. A maior herança que ela poderia me deixar são os frutos colhidos pelo estudo e a boa educação.

Minha companheira, Luana Luz, pelo seu amor, dedicação, paciência, companheirismo, inteligência, firmeza e todo apoio que me deu ao longo destes anos que compartilhamos juntos. Obrigada por não medir esforços ao meu lado até o fim de mais esta etapa em nossas vidas.

Meu irmão André Bandeira, com o qual pude contar diversas vezes, que me auxiliou em trabalhos acadêmicos e mesmo antes desse sonho se tornar realidade contribuiu para que eu conseguisse alcançar as portas de entrada do CFO.

Meus companheiros de curso, integrantes da 24ª Turma do CFO PMMA, turma “Guerreiros de Aço”, os quais tive o prazer de conviver os últimos anos diariamente, que me proporcionaram momentos inesquecíveis do decorrer dessa vida acadêmica, onde formei grandes amizades que levarei para toda a vida, em especial os Cadetes Albano, Joaz, Martins, Nascimento, Neidiane e Raul com os quais vivenciei momentos inesquecíveis e imprescindíveis para completar essa etapa. Em tempo algum esquecerei vocês.

Todos os meus parentes, amigos e colegas, militares e civis que foram incentivadores e motivadores, sempre interessados em saber das minhas lutas e meus resultados, que de perto ou de longe tiveram sua parcela de influência para que eu obtivesse êxito nesta fase de minha vida acadêmica.

Finalmente, agradeço a todos os instrutores e professores responsáveis pela construção da minha formação no CFO, em especial o meu orientador, Professor Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes, sempre muito solícito e dedicado no suporte à produção deste trabalho e a minha coorientadora Professora Giselli Siqueira que me deu inúmeras contribuições e sugestões para concretização deste.

*“Sem conhecimento e sem comunicação não há humanização.”*

*Camila Pinheiro Silveira e Cintia Alves dos Santos*



## RESUMO

Procedimento Operacional Padrão para abordagem de pessoas surdas. Demonstra-se que através da análise de POP's de outras polícias militares, os seus benefícios numa abordagem são possíveis, pois as contribuições para esta conduta dos policiais será ágil com esse tipo específico de público. O estudo, metodologicamente se estabeleceu através de pesquisa interpretativa, com uma abordagem qualitativa, com procedimentos bases da pesquisa documental e bibliográfica no tratado da teoria estudada. Deve-se perceber que a Polícia Militar e seus agentes, como executores primordiais do direito à segurança e proteção, devem atuar de modo imparcial e serem capazes de manter contato com todos os usuários sem distinção de raça, credo, comportamentos, tudo para desempenhar o seu poder de polícia e garantir os direitos de todos os cidadãos. Ao se tratar da inclusão social de surdos, se faz necessário destacar a importância do conhecimento e desenvolvimento das LIBRAS no cotidiano da corporação , a fim de que possam se comunicar com a pessoa surda, principalmente numa operação de abordagem. Assim, após verificações em outras corporações e investigar quais delas possuem um POP que envolva o atendimento e abordagem de pessoas surdas, nota-se que poucas corporações apresentam procedimentos dessa natureza, voltados para a pessoa surda. Deste modo, é importante que se tenha na corporação um POP formulado, atualizado e que garanta uma prestação de serviço de excelência durante atendimentos ou abordagens que envolvam pessoas surdas.

**Palavras-chave:** Policial Militar. Abordagem. LIBRAS. Surdo.

## **ABSTRACT**

Standard Operating Procedure for Approaching Deaf Persons. It is demonstrated that through the analysis of POPs from other military police, their benefits in an approach are possible, as the contributions to this conduct of the police will be agile with this specific type of public. The study, methodologically, was established through interpretive research, with a qualitative approach, with procedures based on documental and bibliographic research in the treaty of the studied theory. It should be noted that the Military Police and its agents, as primary executors of the right to security and protection, must act impartially and be able to maintain contact with all users without distinction of race, creed, behavior, all to perform the its police power and guarantee the rights of all citizens. When dealing with the social inclusion of the deaf, it is necessary to highlight the importance of knowledge and development of LIBRAS in the daily life of the corporation, so that they can communicate with the deaf person, especially in an approach operation. Thus, after checking other corporations and investigating which of them have a SOP that involves the care and approach of deaf people, it is noted that few corporations have procedures of this nature, aimed at the deaf person. In this way, it is important that the corporation has a SOP formulated, updated and that guarantees a service of excellence during consultations or approaches that involve deaf people.

**Keywords:** Military. Inclusion. LIBRAS. Deaf.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Alfabeto manual .....	35
Figura 2	–	Significado – Surdo .....	36
Figura 3	–	Significado – Acalme-se .....	37
Figura 4	–	Significado – Vire-se .....	38
Figura 5	–	Significado – Oi .....	38
Figura 6	–	Significado – Bom/boa .....	39
Figura 7	–	Significado – Tarde .....	39
Figura 8	–	Significado – Noite .....	40
Figura 9	–	Significado – Polícia/Parado .....	40
Figura 10	–	Significado – Identidade/Documento .....	41
Figura 11	–	Significado – Coloque as mãos para cima/atrás da cabeça .....	41
Figura 12	–	Significado – Ajoelhe-se .....	42
Figura 13	–	Significado – Preso .....	42
Figura 14	–	Significado – Carro .....	43
Figura 15	–	Significado – Mochila .....	43
Figura 16	–	Significado – Abrir as pernas .....	44
Figura 17	–	Significado – Cuidado .....	44
Figura 18	–	Significado – Por favor .....	45
Figura 19	–	Significado – Mostrar/ Apresentar .....	45

## **LISTA DE SIGLAS**

BVS	–	Biblioteca Virtual em Saúde
INES	–	Instituto Nacional da Educação de Surdos
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	–	Língua Brasileira de Sinais
OPM	–	Organizações Policiais Militares
PM	–	Policia Militar
PMESP	–	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMA	–	Polícia Militar do Maranhão
POP	–	Procedimento Operacional Padrão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM POLICIAL .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>O POP no Brasil .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>O POP para abordagem na Polícia Militar do Maranhão .....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>SURDEZ .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>TIPOS DE SURDEZ .....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>4.1</b>	<b>A comunicação das pessoas surdas: LIBRAS .....</b>	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>A ABORDAGEM POLICIAL AOS SURDOS .....</b>	<b>31</b>
<b>5.1</b>	<b>Sinais da LIBRAS para serem usados durante uma abordagem policial</b>	<b>34</b>
<b>5.2</b>	<b>Contribuições para atualização do POP da PMMA .....</b>	<b>46</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O policiamento ostensivo, como o próprio nome já diz, deve ser o mais visível possível. De competência da Polícia Militar, são todos os elementos e formas de emprego desta polícia, onde o indivíduo é facilmente identificado pela farda que ostenta, como principal aspecto e de equipamentos, implementos, armamento e meio de locomoção, para a preservação da ordem pública, observando critérios técnicos, táticos, variáveis e princípios próprios que discernem sua atividade, propendendo a tranquilidade e bem-estar da população.

Por intermédio do policiamento ostensivo se imprime ao cidadão a sensação de segurança e a confiança de poder contar com o apoio do poder público diante de uma fortuita necessidade, o que torna a imagem do policial uma referência para todos os cidadãos na busca segura de informações e orientações.

O momento em que estamos vivendo, em que dados e informações são difundidos de maneira rápida, faz com que todos os serviços prestados aos cidadãos devam progredir na mesma proporção. Portanto, compete à Administração Pública o papel de tornar os profissionais que cuidam da segurança, pessoas mais capacitadas. E isso se dá através de uma instrução transcendente, possibilitando que estes ofertem seus serviços de modo mais inclusivo e humanizado, proporcionando à sociedade uma sensação de proteção, agregando valor às corporações policiais, estas, sendo capazes de apresentar melhores resultados ao desempenharem suas funções ante à comunidade.

A Polícia Militar do Maranhão (PMMA), no desempenho de suas funções, procura não só precaver e conter, de maneira imediata, o crime, mas também almeja a paz social, assegurando o convívio harmônico entre os cidadãos. Em função disso, o policial militar torna-se referência ao cidadão para o atendimento, solução ou encaminhamento de fatos que, de alguma forma, perturbem a tranquilidade pública, inclusive fatos corriqueiros, como desentendimentos entre parentes e vizinhos, acidentes, desastres naturais que provoquem danos aos cidadãos, entre tantas outras ocorrências não relacionadas diretamente ao crime propriamente dito.

Percebendo a importância e amplitude da atividade da corporação, órgão essencial para a prestação de serviço e cujos gestores estão preocupados com o aperfeiçoamento de atitudes que visem melhor atender a toda a população,

fundamentando-se no art. 5º (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) da Constituição Federal (1988), que trata em seu *caput* a garantia que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança [...]”. Deste modo, em conformidade ao *caput* supracitado, o acesso à segurança é direito de todos inclusive das pessoas com surdez, das quais constantemente são negligenciadas pela sociedade e Poder Público.

A Polícia Militar e seus agentes, como executores primordiais do direito à segurança e proteção, devem atuar de modo imparcial e serem capazes de manter contato com todos que careçam de seu serviço, tudo para desempenhar o seu poder de polícia e garantir os direitos desses cidadãos. Em vista disso, quando se observa a barreira comunicacional entre o profissional e as pessoas surdas entende-se que existe uma falha em sua atuação.

A Academia de Polícia, instituição responsável pela instrução e fomento da pesquisa científica, faz-se ambiente ideal e propício para a formação do policial militar junto a sociedade, proporcionando a atualização dos conhecimentos visando uma melhor prestação do serviço policial. Isto posto, verificou-se que atualmente na PMMA não existe um efetivo especializado para o atendimento de ocorrências ou abordagem a pessoas com surdez, independente do grau de acometimento, de modo que essa proposta visa contribuir na atuação do policial militar em sua abordagem técnica ao se aproximar e identificar o indivíduo surdo, dessa forma realizando um procedimento cada vez mais humanizado garantindo a igualdade de direitos e com respeito às diferenças linguísticas do cidadão surdo.

O POP (Procedimento Operacional Padrão) é um documento que pode se resumir como um grupo de instruções e descrições de atividades que documentam uma rotina, um passo a passo ou atividade do dia a dia, pertinente à uma empresa, instituição, autarquia e afins (MITOSO, 2021).

Desse modo, tendo em vista os parágrafos anteriores, por meio desta pesquisa pretende-se expor a importância da implantação de um POP para abordagem de pessoas surdas elencando os seus benefícios, através da análise de POP's de outras policias militares para obtenção de elementos atualizados na abordagem de surdos,

assim demonstrando possíveis contribuições para abordagem desse público através de um POP. Além disso, este trabalho sirva de incentivo para a construção de futuras produções acadêmicas, bem como fonte de pesquisa.

O estudo, concerniu em uma pesquisa interpretativa, uma vez que a mesma busca desenvolver uma construção da realidade por meio da observação e experiência do pesquisador no campo de pesquisa. Pesquisas interpretativas têm afirmado sua relevância para estudos sobre gestão e estudos organizacionais, enfrentando questões que não podem ser adequadamente respondidas por metodologias *survey* (que tem como objetivo a obtenção de informações quantitativas sobre um determinado tema) e de experimentos tradicionais, melhorando nosso entendimento das dimensões simbólicas da vida organizacional (PRASAD e PRASAD, 2002).

No que tange a abordagem da pesquisa, foi feito um estudo qualitativo, onde trata-se de um procedimento de análise que estuda aspectos subjetivos de acontecimentos sociais e da conduta humana. Os objetos desse tipo de pesquisa são os fenômenos que ocorrem em determinado tempo, local e cultura. Uma pesquisa qualitativa aborda temas que não podem ser quantificados em equações e estatísticas.

Dessa forma, Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, entende-se que a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

Em relação aos objetos da pesquisa, foi feita uma pesquisa exploratória-descritiva. De acordo com Gil (2008), o objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido ou explorado. Assim, se constitui em um tipo de pesquisa muito específica, sendo comum assumir a forma de um estudo de caso. Nesse tipo de pesquisa, haverá sempre alguma obra ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão. As pesquisas descritivas, por sua vez, têm por objetivo descrever criteriosamente os fatos e fenômenos de determinada



realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já se definiu como problema a ser investigado (TRIVIÑOS, 2008)

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, foi feita uma pesquisa documental e bibliográfica, sendo a primeira um tipo de pesquisa que utiliza fontes elementares, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A mesma recorre à fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, “jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas (FONSECA, 2002, p. 32), vídeos de programas de televisão, etc. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica.

A pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e ponderar o tema problema da pesquisa a ser realizada. A mesma está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e progressão do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas, organizadas por material já elaborado, composto basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 65).

Após a coleta de dados, na fase seguinte da pesquisa foi feita a apreciação e interpretação destes. Estes dois processos, embora conceitualmente distintos, aparecem sempre intimamente relacionados. A análise tem como “escopo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas” (GIL, 2019, p. 168) ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2019, p. 168). Portanto, referente ao tratamento dos dados coletados para este estudo, foi feita uma análise e interpretação dos dados.

## 2 ABORDAGEM POLICIAL

A abordagem é uma ferramenta muito antiga utilizada pelas polícias em todo o mundo. A paz, a estabilidade e a segurança numa cidade, estado ou mesmo país, na maioria das vezes, dependem da capacidade de suas organizações na aplicação da lei, no fazer cumprir a legislação nacional garantindo os direitos e exigindo o cumprimento dos deveres da população.

A polícia é responsável por manter o pacto social e o respeito às leis, garantido a construção da cidadania (direitos civis, políticos e sociais), pois age na legalidade, e com o apoio popular.

Para Greene (2002), a polícia não é voltada apenas para incidentes criminais. O acesso, por parte da comunidade, ao serviço prestado pela polícia militar, é muito simples, basta ligar 190, ou muitas vezes bastando um aceno para um policial, para esse, servir de mediador de conflitos sociais. Ainda segundo expressa Greene (2002), uma polícia como prestadora de um serviço social:

São situações em geral bastante carregadas emocionalmente, e solucioná-las requer perícia e controle do temperamento por parte dos policiais, exigências bem diversas daquelas requeridas para lidar com a maioria dos incidentes relacionados a crimes. Outra importante categoria de solicitações é a de emergências diversificadas. As forças policiais vão a auxílio de pessoas física ou mentalmente doentes, pessoas que são feridas em acidente domésticos ou são mordidas por animais, ou mesmo pessoas com tendência ao suicídio, ou, ainda, deficientes e idosos em várias situações difíceis, pessoas perdidas e outros semelhantes. (GREENE, 2002, p.47).

No cumprimento de sua missão constitucional as polícias militares realizam várias operações preventivas como: blitz, buscas pessoais, dentre outras, com o intuito de evitar a prática de delitos e garantir a ordem pública.

Stern (1967) aponta que o poder que a polícia tem de parar e questionar uma pessoa é tão antigo como a *common law* inglesa e se tornou bastante comum na Inglaterra com o *Vagrancy Act* de 1824 (THE POLICE FOUNDATION, 2012). A abordagem é sempre uma ação iniciada pela polícia e se caracteriza por ser um poder coercitivo e não negociável, isto é, os indivíduos parados precisam obedecer ao policial ou podem enfrentar uma acusação criminal (BOWLING; WEBER, 2011).

A abordagem policial envolve invasão da intimidade e da privacidade das pessoas, podendo, a depender do indivíduo e da situação, produzirem ações

constrangedoras e muitas vezes reações emocionais e agressivas. É preciso que o policial esteja preparado para essas circunstâncias e equipado conceitualmente com critérios de ações que incorporem o respeito à dignidade humana das pessoas que estarão submetidas ao seu poder.

O laboro policial envolve continuamente relações interpessoais. O policial opera num tecido intrincado e extremamente mutável de interações sociais. São, frequentemente, situações de conflito, humanas, dramáticas, que podem envolver todos na comunidade. As pessoas podem surgir de diferentes maneiras, ora como vítimas, ora como agressores, ora como espectadores diretos ou indiretos, outras vezes como parceiros ou adversários, às vezes carecendo de auxílio e proteção, mas todos com o objetivo de ter seus direitos resguardados pelos agentes de aplicação da lei.

Esta abordagem provoca reações no indivíduo, nos espectadores do ato e, eventualmente, na corporação policial. Por isso, a abordagem policial, é fator primordial no desenvolvimento da atividade das instituições policiais.

Durante a ação, o policial aproxima-se de uma pessoa, que está em situação suspeita, com o objetivo de investigar, orientar, advertir, prender ou assistir. Nesse sentido, o cidadão precisa acatar as ordens do policial e não reagir bruscamente por qualquer motivo no momento da abordagem. A primeira ação policial é a posição da abordagem e a outra é o comando verbal utilizado no procedimento inicial, dito isto, se segue à relevância do estudo da abordagem policial sob o prisma de respeito à dignidade humana, em especial, no nosso escopo, da pessoa surda mediante à acessibilidade e sua eficiência dentro dessa ação policial.

## **2.1 O POP no Brasil**

A padronização constitui uma ferramenta indispensável para a Polícia Militar, tendo em vista que o uníssono é o arquétipo almejado, buscando assim, excelência da qualidade de seus serviços. Essa ferramenta quando desenvolvida pela corporação, chamado Procedimento Operacional Padrão (POP), no caso da Polícia Militar, é um documento que expressa o planejamento a ser executado igualmente por todos os integrantes da Instituição para as atividades de policiamento. É criado com a participação de efetivos experientes, refletindo assim a melhor técnica disponível.

À medida que foram feitas consultas às normatizações e regulamentações internas de outras Organizações Policiais Militares (OPM), observou-se que alguns Procedimentos Operacionais Padrão (POP) já foram implementados, tendo como pioneira a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), no ano de 2002, como elemento de uma política de gestão institucional, de maneira que esse instrumento regulamenta a conduta dos policiais militares nas suas diversas atividades operacionais.

No Brasil, todas estas ações realizadas pelos policiais são agrupadas sob uma única denominação: abordagem policial, cada abordagem policial pode envolver uma ou mais ações. Especificamente em São Paulo, a Polícia Militar estabeleceu procedimentos operacionais padrão (POP) como forma de regular as ações que devem ser realizadas durante uma abordagem. Segundo Pinc (2006), os POPs buscam reduzir a discricionariedade do policial no que tange as ações que devem ser realizadas por ele durante uma abordagem.

Os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) têm como objetivo padronizar a prestação de serviço ofertada pelos policiais militares de forma a obter a máxima segurança (dos policiais e dos cidadãos) e a qualidade do serviço. Eles buscam orientar a ação do policial de forma detalhada e podem ser atualizados com maior flexibilidade e rapidez quando comparados às normas (PINC, 2011).

## **2.2 O POP para abordagem na Polícia Militar do Maranhão**

O Policial Militar é referência ao cidadão para o atendimento, solução ou encaminhamento de fatos que, de alguma forma, perturbam a ordem pública, sem que estejam diretamente ligados ao crime propriamente dito. Em cargo disso, a PMMA, no desempenho de suas atribuições, procura prevenir e combater, de maneira imediata, o crime, todavia também almeja a paz social, asseverando o convívio harmônico entre os cidadãos.

Neste sentido, após consultas e verificações documentais, observou-se que na busca do aprimoramento técnico-profissional permanente de seu contingente nas diversas áreas do conhecimento inerentes à atividade policial militar, objetivando prestar sempre um serviço de qualidade ao povo maranhense, e por determinação do Comando

Geral da Polícia Militar do Maranhão, apresentou-se um Manual Oficial de POP da PMMA através da Portaria nº 37, de 8 de novembro de 2005.

O anseio do Comando da PMMA é que estes procedimentos sejam adotados no serviço operacional diário, no sentido de que os procedimentos contidos no Manual sejam amplamente utilizados por todos os policiais militares, em serviço ou não, de maneira que se tornem padrão em todas as intervenções da corporação, em qualquer parte do território maranhense.

O manual supracitado está dividido em quatro capítulos (Conceitos Básicos, Procedimentos, Execução e Prescrições Diversas) que regem a ação policial.

A seções do Manual estão divididas da seguinte forma:

- Conceitos Básicos
  - a. Abordagem
  - b. Busca Pessoal
  - c. Suspeição
  - d. Poder de Polícia
  - e. Abuso de Autoridade
  - f. Autoridade
  - g. Funcionário Público
  - h. Abuso de Poder
  - i. Constrangimento Ilegal
  - j. Tortura
  - l. Posição sul da arma
- Procedimentos
  - a. Modo de Atuação
  - b. Trato com autoridades que possuem prerrogativas e ou imunidades diplomática ou parlamentar
  - c. Uso de Força
- Execução
  - a. Abordagem a pessoas suspeitas
  - b. Abordagem a pessoas infratoras da Lei
  - c. Abordagem a veículos

- d. Abordagem em residências.
  - e. Abordagem em edificações
  - f. Abordagem em repartições públicas
  - g. Abordagem pelo policiamento montado
- Prescrições Diversas
- a. Em caso de perseguição, deverá ser observado o seguinte
  - b. Quando em blitz, deverá ser observado o seguinte.

Após leitura minuciosa observou-se que, dentre estes quatro capítulos, nenhum faz referência de como proceder em relação a um cidadão dissímil. Neste caso, situações atípicas aos procedimentos citados dentro do Manual, não estão cobertas por ele, o que pode gerar resultados controversos e até mesmo erros de procedimento, dependendo de como o profissional deliberou sua ação por não possuir um padrão a seguir durante o momento suposto.

Visto que, desde sua elaboração, muitos episódios no meio social e populacional foram remodelados ao longo desses 17 anos, denota-se que este necessita de uma atualização, propondo-se a atender os diversos tipos de cidadãos inclusive àqueles com necessidades linguísticas diferenciadas.

Muitas das ações mencionadas dentro do Manual, ao entrar em contato com a terceira pessoa, iniciam-se mediante a verbalização de um comando, se este comando não for seguido, como citamos no item 2 deste estudo, gera-se uma acusação criminal. Em casos onde a comunicação verbal não seja utilizada, como este policial deverá proceder, sem cometer um possível equívoco e acusar uma pessoa com necessidades linguísticas diferenciadas por não compreender seu comando? Logo, essa situação se torna uma das preocupações deste estudo, visando resguardar as ações do policial militar e conseqüentemente a figura da corporação.

### 3 SURDEZ

Fundamentando nos conceitos da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, surdez é o nome dado à impossibilidade ou dificuldade de ouvir (BRASIL, 2017).

Segundo o Decreto nº 5626/2005:

Art. 2º [...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL,2005).

A partir destes conceitos infere-se que de acordo com a perspectiva clínica e legal os termos Surdez e Deficiência Auditiva tratam-se da mesma deficiência.

A surdez em algumas culturas ocidentais, orientais, ou de etnias, atribui-se às questões religiosas, tal como maus espíritos, a exemplo da cultura de algumas tribos indígenas brasileiras, contudo no campo da ciência há varias explicações quanto a este fato. A possibilidade de formação da deficiência auditiva se dá em dois períodos da formação humana, as causas pré-natais e pós-natais.

Nas situações pré-natais, a hereditariedade é uma das conceituações ao nascimento do indivíduo com deficiência, pois falhas genéticas podem levar a má formação do feto. Nas questões pós-natais Quadros e Karnopp (2004) apresentam como razão de formação da deficiência auditiva, os chamados fatores externos, como por exemplo, doenças adquiridas pelo ser humano, principalmente durante a infância, que afetam o organismo trazendo complicações patológicas e afetando o desenvolvimento e funcionamento do conjunto corpóreo do indivíduo ocasionando surdez, cegueira, paralisia, entre uma vasta lista de situações que está sujeito o ser humano nos primeiros anos de vida, muitas destas podem ser evitadas através da campanha de vacinação, nos casos de sarampo e meningite por exemplo.

Na idade Média, explicações religiosas, como a do conhecido Santo Agostinho, davam conta de que a surdez de um filho representava o pecado cometido pelos pais (ACADEMIA DE LIBRAS, 2017), acreditando esse, que a comunicação através dos gestos era aceita para a salvação da alma, ao contrário do que entendia a Igreja

Católica, que acreditava que os surdos não possuíam alma imortal, pois eram incapazes de proferir os sacramentos. Durante a Idade Moderna, período que ocorreu de 1453 a 1789, pela primeira vez a surdez e a mudez foram diferenciadas. Dessa maneira, o termo surdo-mudo não foi mais designado aos surdos (ACADEMIA DE LIBRAS, 2017).

A perda ou a inexistência da audição para os surdos é um fato nada incômodo ao mundo deles, pois eles desenvolvem outras habilidades e sentidos, com capacidade de suprir aquelas que não lhes pertencem.

### 3.1 TIPOS DE SURDEZ

O que diferencia os tipos de surdez são os seus graus de acometimento, podendo denominá-los segundo a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde em:

#### Ligeira

A palavra é ouvida, entretanto certos elementos fonéticos fogem ao sujeito. Este tipo de surdez não provoca atrasos na aquisição da linguagem, porém há dificuldades em ouvir uma conversa normal.

#### Média

A palavra é ouvida a uma intensidade muito forte;  
Dificuldades na aquisição da linguagem;  
Perturbação da articulação da palavra e da linguagem;  
Dificuldades em falar ao telefone;  
Necessidade de leitura labial para a compreensão do que é dito.

#### Severa

A palavra em tom normal não é percebida;  
É necessário gritar para ter sensação auditiva;  
Perturbações na voz e na fonética da palavra;  
Intensa necessidade de leitura labial.

#### Profunda

Nenhuma sensação auditiva;  
Perturbações intensas na fala;  
Dificuldades intensas na aquisição da linguagem oral;  
Adquire facilmente língua gestual.

#### Cofose

Surdez completa; ausência total do som. (BRASIL,2017)

Clinicamente, também podem ser classificadas com outras nomenclaturas, dando também conceitos e características próximas às da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), variando de acordo com sua vertente de intervenção e linhas de pesquisa como elencado abaixo:

**Deficiência Auditiva Condutiva:** Em que incida ter o funcionamento da orelha interna normal, essa não é estimulada pela vibração sonora, o que poderá ser corrigido



com o aumento da intensidade do estímulo sonoro, tratamento clínico ou até cirúrgico. Falta de higiene, permitindo depósito de cerúmen no canal auditivo externo e inflamação do ouvido médio das crianças poderá dar causa a perda de audição condutiva.

**Deficiência Auditiva Sensório-Neural:** Neste caso, lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo impossibilita a recepção do som. Tem como causa a pré-disposição hereditária, podendo ser causado, também por lesões provocadas ao feto em desenvolvimento ou quando do nascimento. Este tipo de deficiência auditiva é irreversível e a utilização do recurso de amplificação do som pode não solucionar o problema.

**Deficiência Auditiva Mista:** Ocorre quando há uma alteração na condução do som até o órgão terminal sensorial associada à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo. Ocorre quando estão presentes as perdas auditivas condutivas e neurosensoriais.

**Deficiência Auditiva Central, Disfunção Auditiva Central Ou Surdez Central:** Este tipo de deficiência auditiva não é, necessariamente, acompanhado de diminuição da sensibilidade auditiva, mas manifesta-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras. Decorre de alterações nos mecanismos de processamento da informação sonora no tronco cerebral (Sistema Nervoso Central)

Um novo paradigma vem sendo construído, no intuito de entendermos a surdez como uma diferença cultural e não como uma patologia médica (como expressadas anteriormente): é a visão sócioantropológica. De acordo com a visão sócioantropológica, o sujeito Surdo é reconhecido como Ser Humano que não precisa ser testado periodicamente para que a sua surdez seja provada, mas que possui uma Língua natural, reconhecida por Lei, que tem traços característicos de sua Língua e que constitui uma Comunidade minoritária (ALPENDRE,2008).

#### 4 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

A Comunicação é um ato necessário à vida dos seres e a perpetuação de suas espécies. É por meio dela que se transmitem os conhecimentos adquiridos e se exprimem as necessidades de fome, frio, abrigo, refúgio, aconchego, liberdade, segurança, e, os sentimentos de amor, afeto, carinho, compaixão, dentre outros. A possibilidade de se transmitir ao outro nossas sensações e impressões do mundo que nos rodeia - e ser por ele correspondido - é que nos faz ter condições de evoluir e augurar um futuro melhor para todos.

Nesse sentido, os processos e meios de comunicação dependem assim de uma linguagem que será o codificador a ser estabelecido entre os comunicadores, e esse codificador deverá ser adequado às necessidades e anseios de cada um dos envolvidos nessa comunicação. A utilização das diferentes formas, imagens, cores, luzes, sons, gestos e odores existentes servirá como o canal de comunicação entre o emissor e o receptor, levando-se em conta cada tipo de situação encontrada.

O conceito de comunicação vem do latim *communicare*, que significa tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, conferenciar. Portanto, Comunicação é a provocação de significados comuns entre comunicador e intérprete utilizando signos e símbolos.

Tendo em vista a intencionalidade, a comunicação pode desempenhar grande poder. Valendo-se da comunicação podemos convencer, persuadir, influenciar, despertar interesses e sentimentos, e ainda provocar expectativas.

Conforme Corrêa (1988), o processo de comunicação compreende em alguns elementos fundamentais, são estes:

a) Fonte ou Emissor: De onde ou de quem emite a informação ou a mensagem, ou seja, onde se inicia o processo de comunicação.

b) Codificação: é a forma adequada para transmitir a mensagem, tanto para forma verbal (escrito ou falado) ou não verbal (imagens, sinais).

c) Mensagem: refere-se à informação que foi transmitida.

d) Canal: é o meio pelo qual a mensagem será transmitida. Ex: celular, meios eletrônicos, cartas, rádio, televisão, o jornal, entre outros.

e) Decodificação: é o entendimento de uma mensagem pelo receptor.

f) Receptor: é aquele que recebe e decodifica a mensagem.

g) Feedback: compreende uma resposta do receptor ao emissor da mensagem; ou seja, é a verificação de que a mensagem foi entendida.

Diante do exposto, denota-se que é imprescindível que haja uma severa observância na transmissão e recepção da mensagem, pois caso ocorra qualquer ruído (não necessariamente sendo apenas sons) durante ou antes da decodificação, ou mesmo demasia de mensagens, desatenção por parte do receptor, dificuldade de expressão e falhas no ambiente ou nos canais de comunicação, o processo poderá ser prejudicado ou não concluído, ocorrendo, assim, a falha de comunicação.

Atentando-se para a língua e linguagem como um meio de comunicação de todos os “falantes” do mundo, é necessário estabelecer certas considerações sobre a língua, pois esta, vai muito além de ser apenas um objeto de uso dos “falantes”. Para esclarecer a ideia do que seria língua, na perspectiva estruturalista, Saussure (1970, p.24) diz que “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, entre outros, ela é apenas o principal desses sistemas.” Desta forma para que não haja equívocos, salienta-se ainda que língua e linguagem são, na visão estruturalista, casos distintos, sendo que a linguagem sofre modificações; surge ou modifica-se de tempos em tempos, novas palavras, novas expressões. “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”, afirma Saussure (1970, p.16). Na linguagem, é possível ocorrerem variações, pois a esta modifica-se pelo constante uso da língua através de seus interlocutores que a utilizam como meio de comunicação em diversas épocas e situações.

#### **4.1 A comunicação das pessoas surdas: LIBRAS**

O preconceito em relação a pessoa surda nasce ainda na antiguidade, é no passado que surge os mitos que ainda hoje existem no meio da sociedade como requisito para o julgamento acerca da surdez. Nesse sentido, achava-se que a surdez vinha acompanhada de algum tipo de déficit de inteligência.

Em Roma, por exemplo, não só os surdos, mas qualquer tipo de deficiente nascido, qualquer pessoa com algum tipo de anomalia deveria ser

morto pelos pais, mas felizmente o infanticídio não foi praticado por todos, crianças assim, eventualmente cresciam e com isso, viviam de esmolas, pois havia um sentimento de “culpa” entre os romanos. Também em Roma, já eram identificados diferentes graus de surdez, mas mesmo assim, surdos de nascimento não poderiam ser educados (MOURA, 2000). Não somente em Roma, mas também na Grécia antiga, os surdos eram considerados incapazes de raciocinar e insensíveis (SOUZA, 1998).

Ao longo do tempo foi descoberto que os surdos não desenvolviam sua inteligência por falta de comunicação e falta de estímulo. A comunicação veio com o aperfeiçoamento das línguas gestuais e também com o oralismo (DE ABREU, 2007).

Com o intento de inclusão social dos surdos, vários estudiosos em vários países surgiram com propostas críveis de solução para a Educação dos surdos. Em 1712, nasce o criador do alfabeto manual, que é até hoje uma das formas mais bem sucedidas de comunicação entre os surdos. Seu nome é Charles de L’Epée, (1712-1789), mas também era um método com objetivo somente oralista (ALMEIDA, 2000).

Na Espanha, Pedro Ponce de León, que se tornou o monge que ensinava surdos a falar e fazer a leitura labial, também ensinava o método dactilológico, que já era usado em alguns mosteiros, onde era exigida a regra do silêncio. Ponce é considerado o “Pai da Educação dos Surdos” (DE ABREU, 2007).

No início do século XX, a maior parte das escolas de surdos em todo o mundo abandona o uso da língua de sinais. Isto foi consequência do Congresso de Milão de 1880, quando, a despeito do que pensavam os surdos (maiores interessados, e que sequer foram consultados), considerou-se que a melhor forma de educação do surdo, seria aquela que utilizasse unicamente o oralismo.

A partir do Congresso de Milão, a oralização passou, então, a ser o objetivo principal da educação das crianças surdas. Mas para que elas pudessem dominar a língua oral, o ensino de disciplinas como História, Geografia e Matemática, foi relegado a segundo plano. A queda do nível de escolarização do surdo foi inevitável.

Em 1971, por ocasião do Congresso Mundial de Surdos, em Paris, a língua de sinais passou a ser novamente valorizada. Naquele congresso, foram trazidos à tona os resultados das pesquisas realizadas nos EUA sobre a Comunicação Total, a

abordagem educacional recém surgida, que permitia o uso dos sinais na educação dos surdos (KOZLOWSKI, 2000).

Em 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Brasil, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). Foi a partir deste instituto que surgiu da mistura da língua de sinais francesa, trazida por Eduard Huet, com a língua de sinais brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil, a Língua Brasileira De Sinais, conhecida vastamente por LIBRAS, é usada por milhões de brasileiros surdos e também ouvintes, atualmente (FELIPE, 2004).

A mobilização em torno da ampliação dos direitos dos surdos no Brasil resultou em uma primeira grande conquista com a Constituição de 1988, uma vez que o texto garante a educação como um direito de todos e também dá direito a atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Outros avanços aconteceram por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996 (Lei nº 9.394/96, que sofreu alteração através da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, acrescentando o capítulo V-A), e da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Porém, só foi reconhecida como língua a partir da citada Lei nº 10.436/2002, que determinou o seguinte:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.  
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Segundo Gesser (2009), uma das crenças mais cíclicas que existe no que tange a LIBRAS, é que esta seria um “código” universal e em virtude disso tornando-se comum a ideia de que todos os surdos, independente do país, cidade ou estado falem a mesma língua. Todavia, vale salientar que LIBRAS constitui uma língua e não linguagem, esta é completa, com estrutura independente da Língua Portuguesa Oral ou Escrita, possibilitando o desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo, favorecendo o seu acesso a conceitos e conhecimentos que se fazem necessários para sua interação com o outro e o meio em que vive, as dúvidas diminuem e o prazer de viver e relacionar-se com os ouvintes aumenta devido o acesso à comunicação, através desta língua visual-motora. A mesma tem uma estrutura linguística própria, assim como qualquer outra língua falada

no mundo, tem seus próprios níveis estruturais (o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico).

Ainda de acordo com Gesser (2009) a língua de sinais trata-se de uma língua natural, que foi concebida e evoluiu como parte de um grupo cultural do povo surdo. Qualifica-se como língua artificial aquelas que foram produzidas e estabelecidas por um conjunto de indivíduos com algum propósito específico, como idiomas para trabalho de ficção ou fantasia. Dothraki, Valiriano (criados por George R. R. Martin / David J. Peterson – Crônicas de Gelo e fogo/ Game of Thrones), Quenya, Sindarin (criados por J. R. R. Tolkien – Senhor dos Anéis) e Língua Superior (criada por Stephen King – A Torre Negra), todas essas línguas são exemplos de línguas artificiais, criadas com o propósito de fazer um novo idioma a ser usado dentro de livros e filmes de ficção e fantasia.

Ao se tratar da inclusão social do surdos ao mundo dos ouvintes se faz necessário destacar a importância da inclusão da LIBRAS no cotidiano dessas pessoas para que possam se comunicar dentro de seus grupos, bem como garantir a manutenção da cultura surda. A inclusão se faz, segundo Quadros e Karnopp (2004), em primeiro momento no ambiente familiar, onde os pais e parentes do surdo devem ser orientados a desenvolverem mecanismos de conversação com o surdo, preferencialmente por meio da LIBRAS, para que no futuro a criança não tenha dificuldades de se comunicar em um ambiente diverso do seio familiar.

Em seguida, a escola passa a ter importância fundamental na inclusão do surdo no seio da sociedade, já que ali a criança surda passará a conhecer um mundo diferente do seu e com isso se identificar com esse novo mundo e buscar as formas de com ele se interagir (QUADROS E KARNOPP, 2004).

Em relação à essa importância Quadros e Karnopp (2004) destaca que essa inclusão pode se dar tanto em uma escola pública ou privada, desde que seja uma escola bilíngue onde todos falem nas duas línguas, para que se comuniquem da forma que se fizer necessária, ou seja, uma escola para todos.

Por fim, devem os serviços públicos estarem aptos a recepcionarem os surdos da forma como são, desenvolvendo novas formas de acesso e acessibilidade, e, nesse parênteses em especial a capacitação dos servidores na LIBRAS para que a comunicação não seja uma barreira ao atendimento daqueles.

Assim, pode-se dizer que para haver uma perfeita inclusão, não somente os surdos devem ter acesso à sua forma de comunicação mais aceita que é LIBRAS, mas também aqueles que de alguma forma venham a ter contato com eles também devem possuir um conhecimento mínimo daquela língua.

## 5 A ABORDAGEM POLICIAL AOS SURDOS

No ambiente militar são realizados vários cursos para a prevenção, preparação e conscientização, tanto no ambiente de trabalho como fora dele, visando o bem-estar físico e social das pessoas. É no ambiente de trabalho que Policiais se deparam com obstáculos e situações difíceis relacionados ao contato com pessoas com algum tipo de deficiência ou limitação, e até mesmo relacionado à comunicação (OLIVEIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013).

Dessa forma, é evidente que o profissional da área policial também necessita de um treinamento e qualificação adequada para tratar destas situações, e para poder proporcionar através de seu trabalho um meio de promoção da inclusão social (OLIVEIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013).

Segundo Alves (2011), as abordagens policiais diante da pessoa que é surda, são quase sempre traumáticas, tanto para o surdo quanto para o policial, especialmente quando o policial não possui o treinamento adequado. Isto acontece em razão do despreparo que o policial tem em lidar com um sujeito que não possui o mesmo sistema linguístico.

O discurso de uma abordagem policial apresenta algumas peculiaridades linguísticas. De acordo com Benassi (2018), quando o policial realiza uma abordagem para poder averiguar o que aconteceu, em primeiro lugar, ele fala: “Polícia. Parado!”. Em seguida, ele fala: “Coloque as suas mãos na cabeça e vire-se, abra as pernas, pois vamos te revistar”.

No caso de uma abordagem com uma pessoa que é surda, o policial, em primeiro lugar, deve possuir um bom conhecimento da língua de sinais e das mudanças de significações no uso do vocabulário.

Erros e equívocos durante abordagens com pessoas surdas já gerou mortes como o caso do rapaz chamado Daniel Kevin Harris, no ano de 2016 na Carolina do Norte, nos EUA. De acordo com os portais de notícia o rapaz foi morto durante a ação da polícia, após perseguição, já que Daniel estava acima do limite de velocidade permitido. O rapaz tentou fazer uso da língua de sinais para se comunicar com os policiais e o mesmo foi atingido com um tiro deflagrado pelo policial Saunders, morrendo ainda no



local. O policial que realizou o disparo, informou que atirou em Daniel por ele não ter obedecido as ordens proferidas durante a abordagem.

Em nosso país, nossa corporação não está livre de tais erros e equívocos. Em Cuiabá – MT um rapaz chamado, Ademar, 19 anos, foi morto com um tiro no tórax, disparado por um Policial Militar. A PM foi acionada pelos vizinhos para o recolhimento do rapaz que havia fugido de casa, que segundo o pai não tinha costume de sair de casa e por esse motivo a polícia foi acionada, visando evitar qualquer acidente com Ademar. Como o rapaz portava uma arma branca e não escutou as ordens dos policiais acabou sendo atingido com um tiro.

Dessa forma, constata-se que os surdos em nosso país não estão sendo atendidos adequadamente na questão da segurança pública e da comunicação nesse setor. O surdo possui muitas necessidades, sendo a primeira delas o reconhecimento de que são cidadãos brasileiros e gozam de todos os direitos previstos na Constituição Brasileira, e o maior direito desse cidadão é o uso da língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão garantido por meio da Lei nº 10.436/2002.

Há a necessidade de se atentar também às leis específicas que lhes garantem seus direitos particulares e que garantem que sejam tratados como iguais perante a sociedade ouvinte, observa-se o texto do decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei citada anteriormente que prevê:

[...] Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. [...] Art. 6º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º. § 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros: [...] III – Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitada em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias – interpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento. [...] (BRASIL,2004)

Detentora do Poder da Administração dos serviços essenciais, a Administração Pública deve qualificar seus órgãos e prepostos no sentido de capacitar seus operadores e adequar seus sistemas de forma a atender a todas as pessoas com Deficiência Auditiva, conferindo-se, dessa forma, um tratamento digno a esses cidadãos, obrigando o servidor a ter conhecimento em LIBRAS ou que a instituição possua um

intérprete para resolução da problemática do solicitante. Como se pode perceber as legislações estão estreitando às instituições, inclusive a Polícia Militar, a obrigatoriedade no atendimento inclusivo e de acessibilidade.

Portanto, devido ao foco do trabalho, destacam-se os portadores de necessidades especiais, mais especificamente os deficientes auditivos, na qual possuem um mundo próprio, com sua cultura, língua e visão da sociedade. Assim, o setor público não pode ignorar a presença deste grupo específico quanto ao atendimento de seus serviços, em especial o de segurança pública.

Conviver diariamente com algum deficiente não é algo que se deve fazer para agradar a outrem, deve ser a motivação da garantia dos direitos de igualdade que todos possuem conforme o Artigo 5º da Constituição Brasileira de 05 de outubro de 1988. Fundamentada nessa garantia de igualdade, em 24 de abril de 2002 a presidência da República Federativa do Brasil sancionou a Lei nº 10.436 que reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.

Os artigos das leis que asseguram o direito de acessibilidade do portador de necessidades especiais são muito similares, no contexto social e filosófico, assim como a imposição de penas, aos intitulados de omissão e prevaricação das legislações que regem os servidores públicos. Conforme Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. [...]  
(BRASIL,1999)

Embora não seja reportado no caput deste artigo “à segurança pública”, está englobada nos dizeres “assegurar pleno exercício de seus direitos básicos”.

Assim, após verificações para apurar a atividade de outras corporações e elencar quais delas possuem um POP que englobe o atendimento e abordagem de pessoas surdas, nota-se que poucas corporações vislumbram procedimentos que respeite os direitos e a dignidade da pessoa surda.

A polícia militar de Alagoas oferta a disciplina de LIBRAS nos cursos de formação tanto para oficiais quanto para praças, recebendo noções básicas sobre o sistema linguístico desde o ano de 2006, entre instrutores civis e militares.

O tópico também já foi discutido e defendido em trabalhos de conclusão de cursos de diversas Polícias Militares, onde podemos citar os estudos realizados por cadetes (concludentes) da Polícia Militar do Estado de São Paulo, nos anos de 2008 e 2010, Polícia Militar de Minas Gerais em 2011, Polícia Militar de Alagoas no ano de 2016 e, recentemente, Polícia Militar do Maranhão em 2021.

Nos tipos de abordagem onde há um déficit de comunicação entre o policial e a pessoa abordada, o POP procura fornecer ao policial informações sobre como proceder e ao mesmo tempo como o policial deve interpretar o que acontece no encontro. Exemplos disso são: “falar direta e frontalmente à pessoa, de modo a facilitar a leitura labial”; “sendo necessário, utilizar a comunicação por sinais” e “ao sinalizar o fim da abordagem utilizando o sinal apropriado, a pessoa com deficiência auditiva entenderá que a conversa encerrou” (SÃO PAULO, 2014). No POP, há algumas imagens ilustrativas de como utilizar a linguagem de sinais com intuito de facilitar a comunicação nos casos em que isso se faça necessário. Interpreta-se que a preocupação do POP nestes casos é com o fornecimento de um serviço de qualidade.

Contudo, verificou-se que oficialmente existe um POP elaborado e já estabelecido (relativamente recente), pela PM do Amapá, que poderia embasar e nortear a nossa e outras corporações nesta possível implantação, denominado como POP nº11 criado em 20 de setembro de 2017, havendo a possibilidade de ser conferido nos documentos da PM do Amapá. O mesmo descreve todo um rito para estabelecimento de uma comunicação eficiente, além de ilustrar os sinais básicos para a necessidade do Policial Militar durante o procedimento.

### **5.1 Sinais da LIBRAS para serem usados durante uma abordagem policial**

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua materna dos surdos, e sua principal forma de comunicação. Entretanto são poucas as pessoas ouvintes que conseguem fazer a leitura dos sinais, na maioria das vezes a comunicação do surdo fica restrita apenas aos familiares e comunidade surda na qual convive. Essa é uma

constatação preocupante, uma vez que, para que haja a interação surdo/ouvinte, é necessário que ambos entendam a linguagem utilizada. Isso mostra que a comunicação, de fato, entre surdo e ouvinte só é possível quando ambos entendem uma mesma linguagem, e para o surdo é importante que ele seja compreendido em sua língua materna. Isso sugere que também o policial ouvinte saiba se comunicar na língua de sinais.

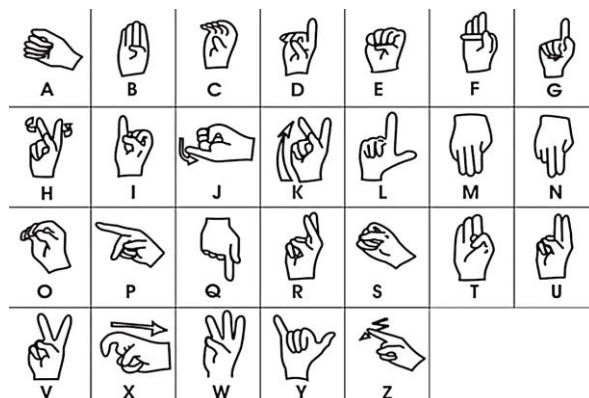
O ensino da LIBRAS como segunda língua para pessoas ouvintes significa, de fato, a inclusão social do surdo, pois entende-se que, desta forma, a pessoa surda tem mais oportunidades de se desenvolver de maneira análoga às pessoas ouvintes. Ainda sobre o ensino da LIBRAS para ouvintes, este significa dar ao surdo mais possibilidades de comunicação, mais oportunidades de interagir em seu meio, por intermédio de uma vivência ativa com a comunidade, ele poderá apropriar-se de sua cultura e de sua história, e formar sua identidade (DIZEU; CAPORALI, 2005).

A datilologia é uma das primeiras formas de interação do ouvinte com o surdo, e esta é feita através do alfabeto manual, que são sinais correspondentes às letras do alfabeto em Língua Portuguesa. Segundo De Abreu (2007), a datilologia é um recurso equiparado à soletração das palavras em Língua Portuguesa, desta forma não pode ser considerado como forma de conversação.

Datilologia se faz necessária somente durante a aprendizagem da escrita por parte dos surdos ou em casos onde os interlocutores desconhecem ou esquecem o sinal correspondente da palavra, sentimento, objeto, etc... ao qual quer se referir.

A seguir visualiza-se o alfabeto manual brasileiro:

**Figura 1:** Alfabeto manual



Fonte: Pastoral Dos Surdos (2006)

Para uma abordagem policial a datilologia não se torna um recurso usual e eficaz, tendo em vista que esta demandaria muito tempo e exigiria da pessoa surda muito conhecimento de língua portuguesa. Segundo Costa (2021), observa-se que o PM ouvinte precisa ter conhecimento sobre alguns sinais básicos para que assim possa efetuar de maneira correta e eficaz o procedimento de abordagem.

Ressalta-se ainda que já existem sinais na LIBRAS que podem ser fundamentais durante a abordagem. Não havendo necessidade de se discutir criar nada novo, bastando apenas aprender os sinais já existentes de forma eficiente para que assim se apropriem e façam uso destes.

Desta forma, após os comandos verbais não serem atendidos, busca-se usar a LIBRAS como forma de comunicação para que a pessoa abordada seja questionada se tem ou não a deficiência para se continuar o procedimento e evitar possíveis erros e equívocos.

Conforme Costa (2021), existem determinadas condutas a serem seguidas pelo PM durante uma abordagem, onde o mesmo por autoria própria exemplificou através de imagens os sinais em LIBRAS necessários para a abordagem policial a pessoa surda.

Ao iniciar a interação e questionar a pessoa abordada deve-se fazer uso do sinal de surdo (exemplificado na Figura 2) juntamente com a expressão de indagação.

**Figura 2:** Significado – Surdo



Fonte: Costa (2021, p.72)

Além de aprender os sinais em LIBRAS, o PM deve estar familiarizado com a intenção que ele tem ao utilizar o sinal, seja indagação, raiva, felicidade, entre outras formas, pois a conversação com a pessoa surda além de considerar o sinal utilizado deve expressar o “sentimento” durante o uso de sinal.

A tensão se torna algo natural de acontecer durante as abordagens policiais, portanto com o sinal da Figura 3, juntamente com uma expressão de calma faz com que a pessoa abordada entenda que deve manter a calma e assim podendo iniciar o procedimento visado.

**Figura 3:** Significado – Acalme-se



Fonte: Costa (2021, p.73)

Se o PM deseja realizar uma busca pessoal em sua abordagem, ele pode solicitar que a pessoa vire de costas com o sinal da Figura 4, juntamente com a expressão séria.

**Figura 4:** Significado – Vire-se



Fonte: Costa (2021, p.73)

Caso o PM deseje iniciar uma conversação durante a abordagem, ele precisará fazer uso do sinal na Figura 5, juntamente com a expressão mais leve ou feliz.

**Figura 5:** Significado – Oi



Fonte: Costa (2021, p.73)

Em seguida faz-se os sinais de expressão cordiais como “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, que fazem uso de dois ou mais sinais.

Na LIBRAS os sinais de adjetivos não fazem diferenciação entre masculino ou feminino, portanto o sinal da Figura 6, é usado tanto para expressar a palavra “bom” como “boa”.

**Figura 6:** Significado – Bom/boa



Fonte: Costa (2021, p.76)

O sinal da palavra “dia” no uso da expressão “bom dia”, faz uso da configuração de mão da letra “d” (vide Figura 1), passando de um ombro ao outro fazendo uma pequena parábola. “tarde” e “noite” serão conforme Costa (2021) na Figura 7 e 8, respectivamente.

**Figura 7:** Significado – Tarde



Fonte: Costa (2021, p.77)



**Figura 8:** Significado – Noite



Fonte: Costa (2021, p.77)

O ato de comando que é verbalizado, previsto em POP's já existentes, como o "polícia, parado!", tem também sinais respectivos a eles como vemos na Figura 9.

**Figura 9:** Significado – Polícia/Parado



Fonte: Costa (2021, p.74)

Para solicitar os documentos de identificação à pessoa surda, usa-se os sinais da Figura 10.

**Figura 10:** Significado – Identidade/Documento



Fonte: Costa (2021, p.74)

Outro comando verbalizado, previsto em POP's como o “mãos para cima!” e “mãos atrás da cabeça!”, os sinais correspondentes são os vistos na Figura 11.

**Figura 11:** Significado – Coloque as mãos para cima/atrás da cabeça



Fonte: Costa (2021, p.76)

Existem casos de abordagens onde é solicitado que a pessoa fique de joelhos. Podemos ver o sinal correspondente a ser utilizado na Figura 12 juntamente com a expressão mais séria.

**Figura 12:** Significado – Ajoelhe-se



Fonte: Costa (2021, p.75)

Caso haja necessidade de se dar voz de prisão, novamente com uma expressão séria, emprega-se o sinal mostrado na Figura 13.

**Figura 13:** Significado – Preso



Fonte: Costa (2021, p.75)

A seguir visualizaremos outros sinais que dependendo do tipo de ocorrência, podem ser necessários durante a abordagem:

**Figura 14:** Significado – Carro



Fonte: Costa (2021, p.75)

**Figura 15:** Significado – Mochila



Fonte: Costa (2021, p.77)

**Figura 16:** Significado – Abrir as pernas



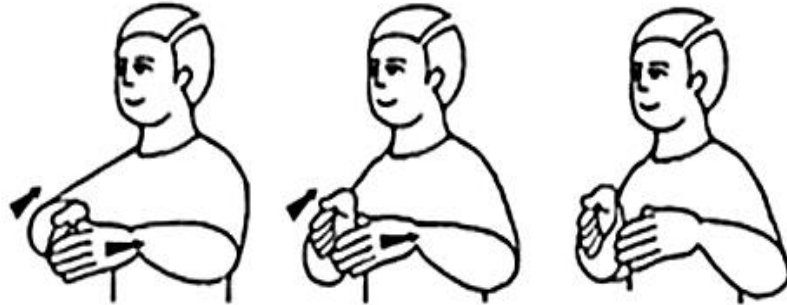
Fonte: Costa (2021, p.77)

**Figura 17:** Significado – Cuidado



Fonte: Costa (2021, p.78)

**Figura 18:** Significado – Por favor



Fonte: <https://slideplayer.com.br/slide/2876137/> (2013)

**Figura 19:** Significado – Mostrar/ Apresentar



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/k92icm4MOEk/maxresdefault.jpg> (2017)

Lembrando que todos estes sinais ou comandos, listados no decorrer deste texto, devem ser realizados sempre de frente, no campo de visão da pessoa surda, se esta estiver de costas ou com a visão obstruída de alguma forma, deve-se tocar em seu ombro para que a conversação seja realizada com sucesso.

## 5.2 Contribuições para atualização do POP da PMMA

Entende-se que a Polícia Militar do Maranhão, órgão zelador e cumpridor da lei não pode negligenciar seu papel fundamental. Sua relevância depende consideravelmente daquilo que ela produz e do contentamento do cidadão, obtido mediante o bom atendimento e na implantação de atos voltados para a melhoria da qualidade e eficácia nos serviços prestados, e ainda a redução de custos nesses atendimentos (ORTEGA, 2008)

O serviço policial militar exige de cada integrante da Instituição muito profissionalismo técnico e científico, onde um erro pode acarretar perda de vidas humanas, danos à integridade física de pessoas e de materiais, ilegalidades e máculas à Instituição.

No Brasil, muitas pessoas surdas são presas por engano, sendo que, em vários casos, o motivo principal é a falta de comunicação (ALVES, 2011). Portanto, a formação de profissionais é muito importante. Um curso básico de LIBRAS com um professor surdo serve para modificar as concepções dos participantes, amplia o entendimento sobre o potencial do surdo e impulsiona o uso da língua de sinais como meio para garantir a acessibilidade da pessoa surda aos bens e serviços da sociedade.

Por essa razão, a qualificação de Policiais no que diz respeito a saber como proceder em relação à comunicação em situações de serviço com a pessoa surda, ou ainda, como atender ou abordar uma vítima ou delinquente que não se comunica por meio da fala, retira a possibilidade de “erros e procedimentos imprecisos durante as abordagens e atendimentos” (OLIVEIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2013, p.765).

## 6 CONCLUSÃO

A elaboração, implementação e normatização do POP na PMMA, visa proteger e resguardar as ações dentro dos limites da lei, salvaguardando os interesses da Instituição, do Estado, e principalmente, do encarregado de aplicar a lei, no tocante às penalizações nos âmbitos cível, penal e militar. Isso se justifica porque um dos maiores desafios dos policiais militares que exercem suas atividades operacionais no controle do crime, é sem dúvida, a insegurança jurídica, pois condutas praticadas de forma aleatória, sem tecnicidade e fora dos preceitos legais e profissionais, corroboram os processos jurídicos em desfavor dos nossos militares. Ressaltamos que a padronização dos procedimentos operacionais, voltados sobretudo para a atividade fim, ou seja, para a execução do policiamento ostensivo, deverá atender desde os processos estabelecidos de forma sistêmica através da elaboração do formulário e inserção do seu conteúdo até a execução por parte do efetivo.

Visto que o último POP da PMMA, lançado e elaborado, não possui texto destinado à abordagem/atendimento de pessoa surda, o que se propõe é um POP que sane essa carência, garantindo uma abordagem exemplar, endossando com plenitude os Direitos Humanos da pessoa surda, garantindo a acessibilidade dessa significativa minoria, os quais não podem ser solucionados com amadorismo e improviso.

Diante disso, através dos casos apresentados neste estudo foi demonstrado claramente que os fatos geradores das mortes, atos injustificáveis, repousam na flagrante falta de comunicação entre os envolvidos e carência de padrão de atendimento dessas ocorrências que levassem em consideração a possibilidade de existir uma pessoa surda naquele cenário. Levando ainda em conta que existem casos “invisíveis” e que não repercutem em mídia, como atendimentos que necessitam compartilhamento de informação ao cidadão, denúncias via atendimento telefônico, entre outras ocorrências que não implicam em crime propriamente dito, onde a pessoa surda necessita que o policial militar e o sistema compreenda o que este cidadão deseja, precisa ou reclama, torna-se indispensável o conhecimento em LIBRAS e perícia por parte dos operadores da lei.

Contudo, para que isso ocorra, a Instituição deve capacitar, treinar, habilitar e direcionar de maneira correta o seu efetivo para mediar e deliberar conflitos que envolvam



peças surdas. Sendo assim, diante das situações e questões supracitadas, através do devido apresto “o policial estará preparado para situações diversas” (KAMIYAMA, 2010, p.43).

Deste modo, é importante que se tenha uma preparação na formação do policial militar visando a abordagem e o atendimento do cidadão surdo, iniciando com o ensino de LIBRAS, e dessa forma habilitando os policiais militares para o exercício de sua função perante a pessoa surda. Em contrapartida, a corporação deve buscar amparar seu efetivo com um POP formulado, atualizado e que garanta uma prestação de serviço de excelência durante atendimentos ou abordagens que envolvam pessoas surdas, reduzindo a possibilidade de uso da força desnecessariamente, assim preservando a integridade física de ambas as partes envolvidas, policial e pessoa surda, bem como mantendo uma visão positiva e um maior grau de confiança sobre a Instituição perante a sociedade (KAMIYAMA, 2010).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de Almeida. **Leitura e Surdez: um estudo com adultos não oralizados**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

ALPENDRE, Elizabeth Vidolin. **Concepções sobre Surdez e Linguagem e o aprendizado da leitura**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/417-2.pdf>. Acesso em: 10 de jan de 2022.

ALVES, K. N. **Abordagem policial: a busca pessoal e seus aspectos legais**. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19727/abordagem-policial-abusca-pessoal-e-seus-aspectos-legais>. Acesso em: 25 out. 2021.

BENASSI, A. C. Parado! Polícia! - Transmutações semânticas do discurso oral de abordagens policiais para o discurso imagético. **RevDia**, I Seminário de Estudos de Linguísticos e Literários da UFMT, Cuiabá/MT, 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/2729>. Acesso em: 22 out. 2021.

BOWLING, Ben ; WEBER, Leanne. **Stop and search in global context: an overview**. In: *Policing and Society*. v. 21, n. 4. pp. 480 – 488. Londres, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/). Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2002.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm/). Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 10 de jan de 2022.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005539842-publicacaooriginal-39399-pe.html/>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Biblioteca virtual em saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/surdez-3/>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Secretaria Geral. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Secretaria geral, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm/). Acesso em: 28 out. 2021.

CORREA, Victor Aquino Gomes. **Contato imediato com opinião pública: os bastidores da ação política.** São Paulo, Global, 1988.

COSTA, Arthur Caio Oliveira Sousa. **As contribuições do ensino da LIBRAS para a formação do cadete da Polícia Militar do Maranhão: numa perspectiva de favorecimento à acessibilidade comunicacional entre policial e pessoa surda.** 2021. Monografia – Curso de Formação de Oficiais – UEMA: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, São Luís, 2021.

DE ABREU, Antonio Campos. **Surdos, uma abordagem brasileira histográfica e cultural.** Monografia. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://cupdf.com/document/campos-abreu-monografia-historia-20071.html>. Acesso em: 10 de jan de 2022.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito.** Educ. Soc., v.26, n.91, p.583-597, 2005.

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 200–217, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/803>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GREENE, Jack R. **Administração do Trabalho Policial**. Coleção Polícia e Sociedade. São Paulo: Edusp. 2002.

HISTÓRIA DOS SURDOS NO BRASIL E NO MUNDO. **Academia de LIBRAS**. 2017. Disponível em: <https://academiadeLIBRAS.com/blog/historia-dos-surdos/>. Acesso em: 10 de jan de 2022.

KAMIYAMA, Felício Fumiaki. **Dignidade da pessoa com deficiência auditiva:** proposta de, no município de Mogi das Cruzes, capacitação dos Policiais Militares para linguagem brasileira de sinais (LIBRAS) e uso do sistema de telefonia adaptado para surdos e mudos na central de emergência 190. 2010. Dissertação – Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”, São Paulo, 2010.

KOZLOWSKI, L. **A educação bilíngüe-bicultural do surdo**. In: **Surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MITOSO, Gabriela. **O que é o Procedimento Operacional Padrão?** 8QUALI. 2021. Disponível em: [https://8quali.com.br/o-que-e-o-procedimento-operacional-padrão/#:~:text=O%20procedimento%20operacional%20padr%C3%A3o%20\(POP,esp%C3%A9cie%20de%20manual%20de%20instru%C3%A7%C3%B5es](https://8quali.com.br/o-que-e-o-procedimento-operacional-padrão/#:~:text=O%20procedimento%20operacional%20padr%C3%A3o%20(POP,esp%C3%A9cie%20de%20manual%20de%20instru%C3%A7%C3%B5es). Acesso em: 10 de jan de 2022.

MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo:** caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

OLIVERIA JÚNIOR, L.; RODRIGUES, L. **Percepções de policiais militares sobre a pessoa surda:** um estudo a partir da capacitação em libras. Anais [...] In: **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**, Londrina, p.

754 – 767, 2013. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-070.pdf>. Acesso em: 10 de jan de 2022.

ORTEGA, Gentil Malone. **Abordagem policial: capacitação dos policiais militares na língua brasileira de sinais (libras) para respeito aos direitos humanos do Deficiente auditivo**. 2008. Monografia – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, São Paulo, 2008.

PRASAD, A.; PRASAD, P. The coming of age of interpretive organizational research. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 1, p. 4-11, jan. 2002.

PINC. Tânia Maria. **Abordagem Policial: avaliação do desempenho operacional frente a nova dinâmica dos padrões procedimentais**. Disponível em:

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st08-7/2831-taniapinc-abordagem/file>. Acesso em: 13 de jan de 2022.

PINC. Tânia Maria. **O uso da força não letal pela Polícia nos encontros com o público**. São Paulo: Tese apresentada à Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-151500/publico/TESE\\_TANIA\\_MARIA\\_PINC\\_LUCIANO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-151500/publico/TESE_TANIA_MARIA_PINC_LUCIANO.pdf). Acesso em 13 de jan de 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **POP 1.01.05**. São Paulo, SP: 2014

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUZA, R.M. **Que palavra que te falta?: lingüística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STERN, L. G. **Stop and Frisk: an historical answer to a modern problem**. The Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science, v. 58 n. 4, p. 532–542. Chicago, 1967.

THE POLICE FOUNDATION. **The briefing – Stop and search**. v. 2 , 3 ed. Londres: Março, 2012. Disponível em: [https://www.police-foundation.org.uk/2017/wp-content/uploads/2017/08/stop\\_and\\_search\\_briefing.pdf](https://www.police-foundation.org.uk/2017/wp-content/uploads/2017/08/stop_and_search_briefing.pdf). Acesso em: 10 de jan de 2022.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.